

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é um banco de capital inteiramente público que apresenta, neste momento, dos melhores rácios de capital entre os bancos da Europa. Apesar disso, a CGD tem beneficiado do aumento dos juros, adotando políticas de mercado que em nada se distinguem dos seus concorrentes. Como resultado, em 2023, a instituição apresentou lucros históricos de 1291 milhões de euros, e nos primeiros seis meses de 2024 já vai em 889 milhões de euros.

No âmbito do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), a sua administração elaborou um plano de reestruturação, onde constava, entre outras questões, o encerramento de balcões físicos de retalho. A rede de agências sofreu uma redução significativa, alterando a presença da CGD no território nacional, diminuindo drasticamente a sua capilaridade e implantação. De acordo com o referido plano, dos 651 balcões existentes em 2016, esperava-se reduzir o valor para menos de 550 balcões em 2018 e menos de 480 em 2019. O plano não parou por aqui, e segundo a Comissão de Trabalhadores (CT), em 2023 existiam 461 agências e 30 extensões (491 locais de trabalho na área comercial presencial).

Adicionalmente, o fecho dos balcões acarretou igualmente o despedimento de um número elevado de trabalhadores. Com efeito, a CT lembra que o quadro de trabalhadores na CGD foi alvo de redução drástica: “passou de 10.083 em 2012 para 6243 no final de 2023” e “existem intenções da administração da CGD em fixar o quadro de pessoal da CGD, no final de 2024, abaixo dos valores com que fechou 2023”.

Recentemente, a comunicação social relatou que a CGD está a transformar dezenas de agências que ofereciam todos os serviços, nomeadamente a possibilidade de levantar e depositar dinheiro aos balcões, em espaços mais pequenos e de menor oferta bancária. Segundo o PÚBLICO, as novas Noma Smart, designação dada pela Caixa a estes espaços, deixam de ter serviço de tesouraria presencial, apenas máquinas automáticas que permitem levantamentos e depósitos de notas e de moedas, mas apenas para quem tem um cartão de débito, vulgarmente conhecido por “cartão multibanco”.

Em declarações ao PÚBLICO, a CT da CGD, disse ter conhecimento de mais de 40 agências já transformadas em Noma Smart ou em vias disso, admitindo, contudo, que “possam chegar a uma centena”. Assim, nas localidades afetadas, a alternativa é percorrer dezenas de quilómetros até às agências mais próximas com serviço completo, que, desta forma, prevê-se que fiquem mais sobrecarregadas. E há ainda um grande número de agências a nível nacional com tesouraria presencial, mas só durante a manhã ou apenas em alguns dias por semana.

Esta transformação está a ocorrer maioritariamente em concelhos do interior do país e nas ilhas, exatamente onde se concentram as populações com maior dificuldade no acesso a meios eletrónicos, nomeadamente idosos e iletrados, pessoas com baixa literacia financeira ou com dificuldade de mobilidade. E há, inclusive, um regulamento interno da CGD que impede a atribuição de cartão de débito a pessoas analfabetas.

O encerramento ou diminuição dos serviços de balcões resulta, por um lado, no impacto negativo para a vida dos trabalhadores das agências, uns realocados e outros alvos de propostas de rescisão contratual, sem reforço do pessoal, resultando na degradação dos serviços prestados, e por outro, causa prejuízos sérios para as populações, empresas e para os próprios municípios. Esta realidade é especialmente penosa para pessoas com maiores dificuldades de mobilidade, como a população idosa – que continua a preferir o atendimento presencial de serviços bancários – e pessoas em condições económicas de maior fragilidade, prejudicadas pela necessidade de deslocação, requerendo mais tempo, custos e maior esforço, especialmente tendo em conta a insuficiência geral dos serviços de transportes coletivos.

Para o Bloco de Esquerda, as sucessivas práticas de degradação do serviço público por parte da CGD são incomportáveis, cabendo ao banco público adotar políticas que garantam a todos os portugueses o acesso ao sistema financeiro, não acompanhando as práticas de mercado e garantindo a transparência em todo o processo de recapitalização.

A anunciada diminuição de serviços nos balcões constitui mais uma lamentável decisão da administração da CGD, de degradação do serviço público e um ataque à população e economia local, agravando a desertificação e empobrecimento das regiões do interior. A Caixa Geral de Depósitos, enquanto banco público, tem a obrigação de garantir o acesso aos serviços bancários a todos os cidadãos que assim o desejem, não podendo gerir a sua atividade com base na maximização de lucro e em critérios de mercado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento do plano de redução do número de balcões de atendimento presencial da CGD, em particular no interior e nas ilhas?
2. Considera o governo que estão, com este plano, asseguradas as condições mínimas de prestação de serviço público, que deve ter particular atenção aos territórios do interior e das ilhas?
3. Considera o governo encetar esforços para uma reformulação destas decisões da CGD, nomeadamente por forma a garantir que a população mais idosa, com mobilidade reduzida ou com dificuldades de literacia financeira, por forma a não excluir ainda mais quem já está afastado de tantos serviços públicos?

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2024

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)